

“Luto e Melancolia”: Contribuições Psicanalíticas para o entendimento dos reflexos da Aposentadoria na Subjetividade dos Indivíduos

**Autoria:** Raquel de Oliveira Barreto, Lucas Ferreira

**Resumo**

Tendo como eixo principal o texto de Freud “Luto e Melancolia”, escrito em 1915, este trabalho tem o **objetivo de refletir sobre o significado da aposentadoria na vida dos indivíduos**. Considerando o sentido atribuído ao trabalho no contexto capitalista, incluindo o processo de ‘super’ identificação narcísica do trabalhador incentivado pelas empresas, pretendeu-se discutir as possíveis implicações dessa perda para a vida dos sujeitos do ponto de vista psicanalítico. Argumenta-se que o trabalho alcançou no sistema capitalista uma posição de destaque na vida das pessoas, refletindo o próprio posicionamento destas na sociedade. Neste sentido, ter a vida laboral interrompida pode resultar em várias consequências para o sujeito. Um pressuposto fundamental do qual parte este trabalho refere-se à indissociação entre o sujeito e o social. Tal pressuposto resulta em duas questões essenciais (i) a esfera social (aqui leia-se ideologia, costumes, valores) influenciam a vida psíquica dos sujeitos e (ii) reconhece-se o potencial subversivo da psicanálise, pois ao transformar o sujeito pode também transformar o social. A opção por basear o artigo neste texto específico de Freud se deu em função dele tratar justamente das consequências da perda pelos sujeitos do que ele denomina de **objeto de amor**. Tal objeto seria justamente algo em que o sujeito investe sua energia libidinal e torna-se, portanto, extremamente importante para sua vida. Neste sentido, a atividade laboral é entendida aqui como um desses objetos que, em função das características do sistema capitalista, assumiu uma posição de destaque. A questão principal relacionada à melancolia trabalhada refere-se à situação em que o sujeito não consegue se distinguir do seu objeto de amor, fazendo com que a falta deste configure-se uma perda do próprio Eu (FREUD, 1974). Embora o fenômeno da aposentadoria possa de fato trazer sérias consequências para os indivíduos, este é por vezes tratado de forma naturalizada, e que por isso deve ser aceito e vivenciado de forma tranquila e indolor pelos indivíduos. A fim de contribuir para que os seus funcionários passem de forma mais tranquila por este período de suas vidas, algumas empresas têm institucionalizado PPA’s – Programas de Preparação para a Aposentadoria. Entretanto, discute-se que a fim de contribuir para que os sujeitos vivenciem esse momento de suas vidas de forma saudável (não-patologizante), faz-se necessário que os PPA’s levem em consideração esses aspectos subjetivos que marcam o fenômeno da aposentadoria. Sendo assim, as atividades realizadas nestes programas devem superar a faceta meramente recreativa ou até mesmo informacional, e se voltar para um atendimento mais profundo desses sujeitos. As discussões empreendidas neste ensaio apontam justamente para as implicações desse fenômeno na subjetividade das pessoas, envolvendo aspectos fundamentais como a sua própria identidade e sentimento de pertença social. No que tange à área de Gestão de Pessoas, essa perspectiva psicanalítica fornece outro olhar aos profissionais e propõe uma revisão das políticas empresariais.

## Introdução

Tendo como eixo principal o texto de Freud “Luto e Melancolia”, escrito em 1915, este trabalho tem o **objetivo de refletir sobre o significado da aposentadoria na vida dos indivíduos**. Considerando o sentido atribuído ao trabalho no contexto capitalista, pretende-se discutir as possíveis implicações da aposentadoria a partir do ponto de vista psicanalítico. Argumenta-se que o trabalho alcançou no sistema capitalista uma posição de destaque na vida das pessoas, refletindo o próprio posicionamento destas na sociedade. Neste sentido, ter a vida laboral interrompida pode resultar em várias consequências para o sujeito, algumas das quais serão discutidas neste ensaio.

Um pressuposto fundamental do qual parte este trabalho refere-se à indissociação entre o sujeito e o social. Para alguns críticos, a psicanálise apenas se restringe ao âmbito do sujeito, sendo insuficiente para qualquer análise sobre a sociedade. No entanto, defende-se aqui a existência de uma dialética entre essas duas dimensões, de forma que não se torna possível separá-las. Isso significa que não há como pensar no sujeito sem analisar a sociedade em que está inserido e, da mesma forma, não há como se pensar no social sem que se considerem os sujeitos que a constituem. Estas duas dimensões estão, portanto, mutuamente implicadas. Tal pressuposto leva a adoção de dois pressupostos (i) a esfera social (ideologia, costumes, valores) influencia a vida psíquica dos sujeitos e (ii) reconhece-se o potencial subversivo da psicanálise, pois ao transformar o sujeito pode também transformar o social.

A opção por basear o artigo no referido texto de Freud se deu por ele abordar as consequências da perda pelos sujeitos do “**objeto de amor**” pelos sujeitos. Tal objeto seria justamente algo em que o sujeito investe sua energia libidinal e torna-se, portanto, extremamente importante para sua vida. Neste sentido, a atividade laboral é entendida como um desses objetos que, em função das características do sistema capitalista, assumiu uma posição de destaque. A principal questão relacionada à melancolia que será trabalhada neste trabalho se refere à situação em que o sujeito não consegue se distinguir do seu objeto de amor, fazendo com que a falta deste configure-se uma perda do próprio Eu (FREUD, 1915).

Embora o fenômeno da aposentadoria possa de fato trazer sérias consequências para os indivíduos, este é por vezes tratado de forma naturalizada, que, por isso, deve ser aceito e vivenciado de forma tranquila e indolor pelos indivíduos. Entretanto, conforme expõe França (1999), não são raros os casos de adoecimento físico e mental decorrentes de tal período, além da ocorrência de mortes súbitas nos três primeiros anos de afastamento da atividade laboral. Estas questões relacionam-se também ao imaginário de que a aposentadoria representa o marco inicial do processo de envelhecimento. Ainda que cada vez mais a separação entre essas duas categorias tenha sido discutida, reconhece-se que o rompimento com o mundo do trabalho acaba por fazer florescer em alguns sujeitos a sensação de inutilidade e isolamento social, sentimentos estes tradicionalmente associados ao período do envelhecimento (BOSI, 1994; BEAUVOIR, 1990).

E qual seria então o papel das organizações nesse contexto? Apenas a partir da década de 1950 empresas norte americanas começaram a se atentar para a questão, desenvolvendo programas voltados para a preparação dos funcionários para a aposentadoria (PPAs). No Brasil, estas ações são mais recentes e ainda não se caracterizam como uma prática comum à maior parte das organizações (FRANÇA, 1999). Estes programas, basicamente, se propõem a auxiliar os indivíduos nesse processo de transição, buscando apontar as oportunidades que esse afastamento da atividade laboral pode lhes proporcionar. Entretanto, para que estes programas possam, de fato, servir de apoio para esses sujeitos, faz-se necessário que eles tenham como base um entendimento mais profundo do que seja tal processo, de forma a abandonar a visão reducionista que o concebe como natural.

Sendo assim, espera-se que as discussões empreendidas nesse ensaio possam contribuir para um entendimento mais profundo do que significa a aposentadoria na vida dos sujeitos e, principalmente, quais são os seus reflexos na subjetividade destes. Dessa forma, propõe-se um diferente olhar para os profissionais da área de Gestão de Pessoas sobre as próprias políticas empresariais e sobre o papel das organizações no que tange às ações que acompanham o processo de afastamento dos sujeitos da vida laboral.

Diante disso, retoma-se o objetivo deste trabalho de analisar o fenômeno da aposentadoria sob o olhar psicanalítico, exatamente na tentativa de compreender melhor o processo do ponto de vista da subjetividade dos sujeitos. Para isso, o artigo primeiramente aborda alguns conceitos psicanalíticos que esclarecem e fundamentam o argumento de que o trabalho é eleito pelo sujeito como seu objeto de amor. Em seguida, faz-se necessário discutir de que trabalho está-se falando, ou seja, analisar as características assumidas por este no sistema capitalista de produção. A partir dessas discussões, tem-se então a reflexão acerca do papel dos programas de preparação para a aposentadoria e, de forma mais ampla, do papel das organizações e da área de gestão de pessoas nesse contexto.

## 2. Percurso teórico

### 2.1 Uma imersão na psicanálise

No texto “Luto e Melancolia”, Freud (1974) abordou, principalmente, a diferença entre estes dois fenômenos e seus traços de manifestação. Primeiramente é válido ressaltar que tanto o luto quanto a melancolia são reações do sujeito frente à perda de seu objeto de amor que pode ser tanto uma pessoa querida, quanto sua cidade natal, sua liberdade, dentre outros. Comparativamente, os dois fenômenos são semelhantes e desencadeiam reações parecidas como um desânimo profundo, a perda de interesse pelo mundo e o abandono das atividades. Um traço importante que diferencia a melancolia do luto é a presença do sentimento de baixa auto-estima, chegando até mesmo a um processo de autodiscriminação. A diferença entre os dois conceitos será melhor explicitada posteriormente.

Mas como e porque elegem-se objetos de amor? A fim de entender tais proposições freudianas, faz-se necessário compreender primeiramente alguns aspectos fundamentais. O primeiro deles diz respeito à concepção de que os seres humanos são seres de falta, que ao longo de suas vidas buscam preencher uma lacuna, cuja dificuldade de expressão e de simbolização lhes gera imensa angústia. Segundo Freud (1996) é a busca pelo alcance do prazer que move os sujeitos, sendo tal busca o que define o chamado *princípio do prazer*. Nesse sentido, a libido - energia sexual que circula pelo aparelho psíquico - se movimenta no sentido de repetir a experiência de satisfação evitando, por conseguinte, a vivência do desprazer. No entanto, ao perceber que essa busca pelo pleno prazer se refere a uma empreitada interminável e inalcançável, esse sujeito se vê angustiado. E é neste sentido que a angústia possui na metapsicologia freudiana o *status* de existencial (ROCHA, 2000).

A libido é então constantemente investida, primeiramente no próprio sujeito – na fase auto-erótica do narcisismo – e posteriormente em um objeto – nas fases primária e secundária. Nestas fases é que ocorre a eleição do objeto de amor, aquele em que a libido será investida de forma a buscar a satisfação e o suprimento da falta inerente ao seres humanos. No caso deste estudo específico, tratar-se-á da eleição do trabalho como objeto de amor, e sobre as possíveis consequências da mesma para a vida dos indivíduos quando estes perdem tal objeto. Percebe-se aqui a relevância do Narcisismo para o entendimento do processo do luto e o desenvolvimento da melancolia. Tal conceito merece, portanto, atenção especial.

O Narcisismo consiste no desenvolvimento psíquico em que se dá a constituição do Eu (sujeito), cuja divisão em três etapas se faz por motivos meramente didáticos. A primeira

etapa seria a do auto-erotismo, em que a criança encontra a satisfação no seu próprio corpo. Um exemplo clássico é o ato em que a criança leva o dedo da mão à boca, vivendo neste gesto uma experiência prazerosa. Em seguida, têm-se as fases primárias e secundárias, em que o amor (a pulsão) se dirige a um determinado objeto. Trata-se, portanto, do processo de construção do eu. Enquanto na fase do auto-erotismo tem-se o estrato sexual mais primitivo e o corpo é percebido como fragmentado, nas fases subsequentes este passa a ser percebido como um corpo unificado: o Eu é constituído (GARCIA-ROZA, 2008).

Minerbo (2009) traz uma perspectiva interessante ao relacionar o desenvolvimento das subjetividades neuróticas e não-neuróticas às posições subjetivas dos sujeitos ao longo do chamado eixo narcísico, ou seja, o eixo de constituição do Eu. Segundo a autora, a libido narcísica passa por quatro fases, a saber: Arcaica, em que o sujeito e o objeto (o Outro) são uma unidade; Individuação, em que o terceiro desponta, mas estabelece com o sujeito uma relação de simbiose; Autonomização, em que o terceiro é percebido pelo sujeito, mas é recusado; e a Consolidação do narcisismo, na qual ocorre a aceitação do Outro (objeto – outro sujeito). Neste sentido, os conflitos psíquicos seriam então resgates de posições subjetivas que não foram bem elaboradas pelo sujeito.

A quarta fase, a consolidação do narcisismo, é marcada pela problemática do Complexo de Édipo – outro conceito fundamental da obra freudiana. Este se relaciona justamente à inserção do Outro na relação diática mãe-filho e ao estabelecimento do interdito. No caso do menino, este ao se apaixonar pela mãe, percebe no pai essa figura da interdição, que não permite que esse amor se concretize. Ao mesmo tempo, a interdição do amor pela mãe abre a possibilidade do amor pelas demais mulheres. O Complexo de Édipo se caracteriza pela inserção da Lei na vida dos sujeitos. A angústia relacionada a essa fase da Consolidação do narcisismo é a angústia da castração, que remete à angústia da perda (MINERBO, 2009).

Sobre a angústia da castração, Rocha (2000) relaciona-a a um perigo externo ao sujeito, o que não deve ser interpretado literalmente. O autor também chama a atenção para o fato de que tal sentimento refere-se à realidade humana da incompletude, cuja solução se busca no Outro. O autor argumenta que essa centralidade do Outro-objeto, quando se trata de algo forte e que faz com que o sujeito o considere mais importante que a si próprio, tende a fazer com a angústia da perda, desse perigo externo da falta, se torna ainda mais intenso. Para o autor, o sentimento de angústia é um elemento-chave para a compreensão da Neurose.

Tendo em vista essas considerações a respeito do objeto de amor, retoma-se a discussão relacionada ao luto e à melancolia. O luto significa então a realização de um trabalho, em que é necessário desinvestir a energia libidinal do objeto perdido e direcioná-la a outro. No entanto, esse processo é algo difícil, pois como explicita Freud “(...) é fato notório que as pessoas **nunca abandonam de bom grado** uma posição libidinal, nem mesmo, na realidade, quando um substituto já se lhes acena” (1974, p.250, grifo nosso). Nesse sentido, percebe-se que o luto exige do sujeito um trabalho doloroso, mas que, aos olhos do autor, refere-se a um processo necessário. É certo que, ao longo da vida, vários objetos serão perdidos e terão de ser substituídos por outros. No caso da melancolia, entretanto, tem-se uma realidade diferente.

Percebe-se que esta também consiste em uma reação frente à perda do objeto de amor, no entanto, revela-se que esta perda pode ser mais ideal. A melancolia é entendida assim como de caráter patológico, pois há uma confusão entre o objeto perdido e o próprio eu. Como explicita Rocha (2000), quando o luto não é superado, o sujeito passa por um grande sofrimento e pode se tornar um melancólico, que tem no auto-aniquilamento uma solução possível. Como expõe o autor, o desafio “É convencer o homem de não fazer dos seus ideais um refúgio contra a **desilusão do desamparo**” (ROCHA, p. 149, grifo nosso).

## 2.2 O trabalho como objeto de amor

A partir do entendimento inicial sobre a perspectiva psicanalítica, pretende-se analisar a questão fundamental deste artigo: **qual o significado da aposentadoria na vida dos indivíduos?** De forma mais específica, objetiva-se discutir o que está por trás desse fenômeno e das consequências que este pode acarretar na vida dos sujeitos. Como exposto anteriormente, o trabalho pode ser eleito pelo sujeito como seu objeto de amor, o que significa estabelecer com ele uma relação diferenciada em que há o investimento libidinal em busca da satisfação e do prazer. Sendo assim, o trabalho assume uma posição privilegiada na vida dos sujeitos. Mas de que trabalho está-se falando?

### 2.2.1 O trabalho no sistema capitalista de produção: emprego, ocupação?

Pretende-se nessa seção justamente iniciar a discussão sobre a especificidade do trabalho no sistema capitalista de produção e suas implicações em termos sociais. Para tal discussão serão utilizadas como base as elaborações de Guerreiro Ramos (1981), considerado um dos expoentes do pensamento sobre as organizações no Brasil. Em sua obra “A nova ciência das organizações”, o autor empreende uma análise do modo pelo qual foi instituída a sociedade de mercado, bem como se deu a construção da teoria das organizações. Uma das contribuições principais do livro está na discussão a respeito do predomínio da racionalidade instrumental e de suas consequências para os sujeitos.

Primeiramente, faz-se necessário delimitar o conceito de trabalho e suas diferenças em relação à ocupação. Como expõe Guerreiro Ramos (1981), em todas as sociedades que precederam a de mercado e que possuíam minimamente desigualdades sociais, as ocupações se dividiam entre aquelas que se orientavam para a satisfação do desejo de ‘atualização pessoal’ (*ibid.*, p. 130) e aquelas secundárias, fruto de necessidades objetivas dos homens. Tal diferenciação fazia, portanto, com que as primeiras fossem consideradas atividades superiores às demais. Tendo como base essa diferenciação o autor define o que seria trabalho e ocupação: “O trabalho é a prática de um esforço subordinada às necessidades objetivas inerentes ao processo de produção em si. A ocupação é a prática de esforços livremente produzidos pelo indivíduo em busca de sua atualização pessoal” (GUERREIRO RAMOS, op. cit.).

Diante dessa distinção dos conceitos, o trabalho, por não ser dirigido à atualização do homem, assumiu uma conotação negativa, pois só seria exercido frente à imposição de uma necessidade. Como expõe o autor, aqueles que não tinham essa necessidade buscavam ressaltar sua condição de superioridade a partir do consumo conspicuo (VEBLEN, 1899). De fato, para Guerreiro Ramos (1981), o espaço de trabalho não seria condizente com as possibilidades de autonomia e realização humanas, o que ficou claro nos escritos de Weber acerca da importância da impessoalidade para o funcionamento da nascente sociedade de mercado. Como poderia então o homem se atualizar em um espaço que deve agir de forma impessoal?

Assim, como explicita Guerreiro Ramos (1981, p. 98) “numa sociedade de mercado, o empregado eficiente deve ser um ator despersonalizado”. Isso porque, existe sobre o sujeito a expectativa de que ele se adapte aos padrões especificados para o determinado papel que irá desempenhar. Não se trata, portanto, de uma ação humana autêntica, mas da adoção de um comportamento esperado, nem mais e nem menos. Tal adoção pouco – ou nada – pode contribuir para a construção do sujeito, pois, como expõe Viegas (1989), “esse sim é um trabalho anti-vida” (p.3, grifo nosso). Neste sentido, a sociedade produtiva faz com que o trabalho se torne instrumento para o alcance de objetivos específicos. Associado a isso, Enriquez (2000) explicita que o ideal organizacional moderno tende a aprisionar os indivíduos, utilizando-se não somente de seus atributos físicos e capacidades, mas também de sua subjetividade.

Nesse sentido, Guerreiro Ramos (1981, p. 99) argumenta que “se uma pessoa permite que a organização se torne a referência primordial de sua existência, perde o contato com sua verdadeira individualidade e, em vez disso, adapta-se a uma realidade fabricada” e continua, apontando que

Verdadeiros atualizadores são os agentes capazes de manobrar, no mundo organizacional planejado, de modo a servirem aos objetivos desse mundo com reservas e restrições mentais, sempre deixando algum espaço para a satisfação de seu projeto especial de vida (ibid., p. 99).

No entanto, como explicita o próprio autor, perceber essa condição se torna uma tarefa árdua em uma sociedade em que o significado da obtenção de um emprego suplanta expressivamente a noção de trabalho apresentada. Até então, as sociedades anteriores à centrada no mercado, não concebiam o emprego como significante de valor dos indivíduos. Nessas comunidades pré-industriais, as pessoas produziam e tinham ocupações, mas não necessariamente eram detentoras de emprego. O autor coloca que o simples fato de pertencer à comunidade garantia ao sujeito ter alimento para a sobrevivência, a não ser que ocorresse algum fenômeno ou desastre que atacasse a coletividade. Foi a partir da constituição da sociedade de mercado e da divisão do trabalho que os homens passaram a ser detentores de emprego.

Destaca-se ainda que nas sociedades pré-industriais, até mesmo em função das distâncias entre as comunidades, os indivíduos acabavam por desempenhar vários tipos de funções, de acordo com a necessidade. Não havia especialização, ao contrário do que propôs a economia capitalista apoiada na divisão do trabalho. Essa falta de dedicação a um determinado trabalho era visto por Adam Smith como um atraso para a civilização inglesa, afinal, “a economia clássica foi concebida por seus criadores como uma disciplina que encara o emprego formal como o critério primordial para a alocação de recursos e de mão-de-obra” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 102). A questão principal que os economistas clássicos não podiam prever é que o mercado não seria capaz de proporcionar empregos para todos os que desejariam trabalhar.

Ainda que problemas existam o emprego ainda se mantém como cerne da sociedade em que prevalece o sistema capitalista de produção. Sobre isso, Guerreiro Ramos (1981, p. 106) levanta um aspecto interessante

O fato de que, na sociedade de mercado, a ocupação de um emprego é o único caminho possível para que o homem se torne uma pessoa com significação social, tem que ser interpretado como um requisito funcional, temporário, para o desenvolvimento da logística capaz de produzir fartamente para todos.

No trecho percebe-se claramente a dinâmica perversa que permeia a sociedade capitalista de produção. O entendimento do trabalho como algo que provê status e um lugar na sociedade deve existir apenas enquanto se fizer necessário, como “um requisito funcional”, “temporário”. Discute-se, neste contexto, que as empresas capitalistas tendem a incentivar a identificação e dedicação total do funcionário enquanto esta situação atende aos seus objetivos de produtividade e maximização dos retornos.

Conforme discutem Enriquez (1997) e Pagés et al (1987), na medida em que o espaço organizacional se torna *locus* de identificação dos indivíduos, percebe-se um processo cada vez mais evidente de aprisionamento das subjetividades. Principalmente diante da reificação das organizações observada na sociedade contemporânea (PAÇO-CUNHA, 2008), em que tais instituições assumem uma existência por si só, independente das bases sociais que as

suportam, o indivíduo passa a de identificar com “uma entidade impessoal que penetra na sua vida e na sua alma, de ponta a ponta” (PAGÈS *et al*, 1987, p. 37).

Retomando aqui a discussão sobre a aposentadoria e o envelhecimento, toda essa construção acerca do emprego se faz ainda mais evidente. Como o paradigma da produtividade se alia, em certa medida, a valores como juventude e dinamismo, os funcionários que possuem idade mais avançada deixam de ser interessantes para as empresas, em detrimento da experiência alcançada por anos de trabalho. Observa-se, portanto, que o discurso implícito neste posicionamento empresarial é o de que não há lugar – no ambiente empresarial - para o velho e para a inatividade.

Entretanto se por um lado no âmbito organizacional não existe lugar para o aposentado como funcionário, por outro este passa a ser percebido como constituinte de um mercado consumidor potencial. Como argumenta Debert (1997), em decorrência da situação de vulnerabilidade social vivenciada por boa parte das famílias, grande parte dos aposentados passou a ocupar o papel de provedores do lar, tornando-se agentes determinantes nas decisões de compra da família. Atentas a esse cenário, o discurso de valorização da maturidade - em que o envelhecimento se liga a um tempo de prazer – é constantemente veiculado visando explorar esse mercado potencial por meio da oferta de produtos e serviços específicos, como aulas de ginástica adaptadas, por exemplo.

Pode-se observar que tal discurso de valorização também é partilhado pelo Estado, no sentido de que, ao se preocuparem mais com a saúde – física e mental, os idosos estariam contribuindo para uma redução dos custos do governo. Neste contexto, é interessante retomar o que Debert (1999) denominou de “reprivatização da velhice”: um processo de responsabilização do indivíduo pelo seu processo de envelhecimento. Essa perspectiva é problemática, pois incorre no risco de abandonar as preocupações com as limitações impostas pela velhice e os direitos que devem ser assegurados a essa parcela da população. Outro aspecto fundamental é a valorização da cultura jovem, a qual se desprende de um período específico da vida e passa a ser um valor social: ser ‘velho’ torna-se então uma opção.

Em meio a todos esses discursos se encontra o sujeito que, se por um lado é rotulado improdutivo com a chegada da aposentadoria, por outro é bombardeado por uma imagem positiva do envelhecimento, apresentada como uma fase gratificante da vida. Retomando a diferenciação que Guerreiro Ramos (1981) faz entre trabalho e ocupação, pode-se apontar que o fim da vida laboral poderia representar para o velho a abertura de espaço para as ocupações, em seu sentido realizador. Entretanto, como exposto, somente o trabalho é tido como valoroso no sistema capitalista, o que situa a questão, portanto, no que o sistema atual considera valoroso e quais as consequências disso para o indivíduo que não o realiza mais.

Como se pode perceber, por outro lado, a proposta de que os aposentados poderiam encontrar ocupações que lhes satisfizessem também é cooptada pelo capital, o qual passa então a disseminar um discurso de que essas ocupações são sinônimas de consumo. Com o conceito de política cognitiva Guerreiro Ramos (1981) contribui para o entendimento de como se processa essas significações. Tal política consiste na prática de distorcer conceitos com a finalidade de manipular a forma como as pessoas vêem a realidade. O autor expõe esta como uma forma de reformar o senso comum, ou seja, de fazer com que as pessoas absorvam regras e opiniões sem nenhuma reflexão sobre as mesmas. A ausência do refletir faz como que as proposições sejam muitas vezes percebidas como verdades naturais que, portanto, não precisam – nem devem – ser questionadas.

Outro elemento importante cujo conteúdo e significado sofrem influência da forma pela qual o trabalho se configurou na sociedade capitalista de produção – e que está estreitamente relacionado ao fenômeno da aposentadoria – é o tempo livre. A discussão acerca desse elemento será realizada na seção a seguir.

### 2.2.2 Tempo livre, de lazer ou tempo de não-trabalho?

Como definir o tempo de lazer? Diante de um cenário em que o trabalho é escasso e que sua falta traz prejuízos para a vida dos indivíduos, Oliveira (2000) chama a atenção para o fato de que discutir sobre o lazer pode parecer algo menos importante, ou até mesmo insensível e indelicado. No entanto, o próprio autor argumenta

[...] numa compreensão alargada, dialética e não bipolarizada das relações entre lazer e trabalho, não há como fugir à questão. Se estudar o trabalho é importante, pois ajuda a desvendar a produção de riqueza e quem dela se apropria numa sociedade como a nossa, porque os discursos sobre o trabalho haveriam de silenciar as indagações do não-trabalho? (p. 49, grifos nossos).

Adorno (2002) da mesma forma parte dessa visão não bipolarizada ao argumentar que só é possível pensar o tempo livre em relação ao tempo do trabalho. “O tempo livre é acorrentado ao seu oposto” (*ibid.*, p.103), explicita o autor, de modo a estender a ele toda a determinação que marca a vida no trabalho. Nesse sentido, esse tempo de suposta liberdade em uma sociedade em que prevalece o trabalho produtivo alienante, nada teria de livre, ainda que as pessoas acreditem que o seja. Levando-se em consideração a perspectiva marxista de que o trabalho no sistema capitalista de produção tornou-se de tal forma coisificado, o tempo livre, seja ele conhecido como ocioso ou como espaço para a realização de hobbies, acaba da mesma forma coisificado, pois “neste prolongam-se as formas de vida social organizada segundo o regime do lucro” (*ibid.*, p. 106).

O tempo livre, nesta perspectiva, se faz necessário para a restauração da força de trabalho e, por isso, é separado do tempo produtivo de forma sistemática. As atividades a serem desempenhadas nestes períodos são então entendidas como necessárias a esse restabelecimento, tornando-se de tal forma algo essencial que atinge não só a esfera consciente dos sujeitos, mas também a inconsciente. De que vale um tempo fora do trabalho se este não for gozado com atividades como o turismo, eventos e consumo? À primeira vista, as atividades a serem desfrutadas no tempo livre em nada devem lembrar o trabalho, justamente para que o retorno propicie um desempenho melhor. Nesse ponto “[...] nos deparamos com uma conduta de caráter burguês” (ADORNO, 2002, p. 106).

No entanto, ainda que se proponha esse divertimento descompromissado, o autor explicita que as atividades tipicamente desenvolvidas carregam, em certa medida, formas de agir características do trabalho, revelando uma coerção permanente. Possuir um hobby torna-se então, uma necessidade expressa, um dever. Além da obrigatoriedade, as atividades foram aos poucos mercantilizadas. Como é o caso do camping, por exemplo, que era inicialmente uma ação do movimento juvenil que representava o sair de casa, mas que ao longo do tempo foi cooptado e se tornou comercializável. Obviamente, ressalva o autor, não se trata exclusivamente de pressões externas ao indivíduo, pois as pessoas acabam por partilhar desse processo. O que ocorre é que o próprio desejo de liberdade das pessoas é funcionalizado (ADORNO, 2002).

Um aspecto interessante ressaltado pelo autor refere-se à supressão da fantasia, atividade que a sociedade global impõe às pessoas. A licença para a fantasia é dada com cautela às crianças, que logo devem aprender a negá-la com o passar da idade. Para Adorno (2002, p. 111), “A falta de fantasia, implantada e insistentemente recomendada pela sociedade, deixa as pessoas desamparadas em seu tempo livre”. Nesse sentido, o tempo ocioso na maioria das vezes leva ao tédio, uma vez que retirada a possibilidade de um tempo criativo, o período de desocupação perde o sentido. O autor sustenta que o tédio não deveria existir, pois “O próprio bobear [*Blödeln*] não precisa ser obtuso, podendo ser beatificamente desfrutado como dispensa de autocontroles” (p. 110).



Outra questão interessante levantada pelo autor diz respeito à utilização desse tempo para o atendimento de outra necessidade social: os trabalhos considerados inferiores, como o doméstico. Tendo em vista a falta de acesso a esses serviços, restritos a famílias com condições financeiras mais elevadas, muitas pessoas dedicam o seu tempo livre à realização deste tipo de tarefas. O autor expõe que essa atitude é reforçada pelo lema “*Do it yourself!*”, que sugere às pessoas a adoção de uma certa postura pró-ativa e independente.

Adorno (2002, p. 113) traz ainda o conceito de pseudo-atividade, o qual ele define como uma “espontaneidade mal-orientada”. Este seria um tipo de atividade desenvolvida pelos indivíduos para atingir satisfações substitutivas, que se presta a afastar o sujeito das dificuldades reais que este encontraria ao tomar consciência do quão é obstruído em seu tempo livre. Segundo o autor “tempo livre produtivo só seria possível para pessoas emancipadas, não para aquelas que, sob a heteronomia, tornaram-se heterônomas também para si próprias” (*ibid.* p. 113).

Citando Cardoso (1986), Oliveira (2000) no mesmo sentido traz a discussão de que o tempo livre, tal como ele é vivenciado na contemporaneidade, se presta a ocupar a sociedade com o que não interessa: é um tempo alienante. De forma mais específica, Cardoso (1986, p. 55) considera-o um “lazer como anestesia”, pois não se dedica a outra tarefa que não seja a de mera distração. Como expõe o autor

[...] esse estilo de lazer, enquanto uma forma de alienação, para usar uma palavra clássica, esse, se não é encorajado, é bem visto. Mas o lazer visto da outra perspectiva, da perspectiva da conscientização – vou usar uma palavra que andou pela moda - o lazer como parte essencial de poder dar ao homem uma dimensão de liberdade, esse é menos pensado (CARDOSO, 1986 *apud* OLIVEIRA, 2000).

O autor ressalta no trecho um aspecto importante, a outra faceta possível do lazer, a qual corresponderia a um realmente livre, em que fosse possível aos sujeitos usar de sua criatividade e autonomia. É interessante destacar que Adorno (2002) refere-se, no texto “Tempo Livre”, principalmente, ao ócio daqueles que ainda estão inseridos no sistema produtivo. Mas e aqueles que não mais estão, como é o caso dos aposentados? Será, neste caso, o tempo livre desvinculado do tempo do trabalho?

Iwanowicz (2000), da mesma forma destaca que a categoria trabalho, sua influência e importância na vida das pessoas, não podem ser negligenciadas em análises que se propõem a tratar da relação entre envelhecimento e lazer. Isso porque, como expõe a autora, ainda que as pessoas não relacionem diretamente as duas dimensões – trabalho e lazer – grande parte delas busca no tempo livre algo que “perderam ao serem excluídas deste processo social” (*idem*, p. 105).

A autora reflete justamente acerca das consequências do tempo livre para a vida dos aposentados, tendo em vista o argumento de que a impossibilidade de desenvolvimento pessoal dentro da esfera do trabalho se reflete no momento em que o sujeito dela se distancia

O trabalho, nas suas condições deformadas e alienantes, dirigida para a produção dos meios de vida, com certeza, não preenche as condições necessárias ao pleno desenvolvimento [dos sujeitos]. O reflexo disto aparece durante a adaptação do idoso às novas condições de vida, após a aposentadoria. É o exemplo de depressão e das dificuldades dos homens aposentados [...] (IWANOWICZ, 2000, p. 118-119).

Nesse sentido, segundo a autora, se o trabalho não propicia aos indivíduos a possibilidade de desenvolvimento pessoal, pois se trata de trabalho desumanizante, logicamente não se deve esperar esse desenvolvimento quando do rompimento com a vida laboral. Isso porque é comum entre os indivíduos o sofrimento pela perda da única, ainda que limitada, fonte de referência social. Podem essas pessoas então gozarem de um tempo livre

produtivo nos termos de Adorno? Para Oliveira (2000), essa apropriação do tempo livre desvinculado do trabalho revela-se então uma possibilidade de resistência

Se o tempo livre é gestado no interior de relações sociais opressivas e dominadoras, a apropriação desse tempo também não deixa de ser um momento de luta: render-se às fórmulas fáceis da evasão e cair nas armadilhas das ilusões de uma liberdade egocêntrica e supostamente infinita (sem nada contribuir para mudanças) ou recusar os caminhos de adestramento físico e mental previamente organizados e aceitar o desafio de romper com a disciplina da submissão, engendrada nas relações de mercado (p. 62, grifo nosso).

Tendo em vista essas considerações sobre o lazer, retoma-se a importância de se refletir acerca do lugar que o trabalho ocupa na vida dos indivíduos na sociedade capitalista contemporânea. E é a partir dessa perspectiva de trabalho, incluindo o debate sobre o tempo livre, que se propôs pensar a aposentadoria nesta pesquisa.

### 2.3 A culpa é do sujeito?!?

Diante dessa discussão acerca de como o trabalho assumiu no sistema capitalista de produção feições específicas, invadindo e configurando até mesmo o que se chama paradoxalmente de tempo livre, cabe aqui retomar a perspectiva psicanalítica do objeto de amor. Colocou-se primeiramente que o sujeito elege o trabalho como objeto de amor, investindo nele a sua energia libidinal em busca de prazer e satisfação. Tal argumento pode então levar o leitor a uma interpretação errônea, em que o sujeito aparece como o único responsável pela eleição do objeto. Porque então ele o escolheu?

Cabe aqui retomar o pressuposto explicitado no início do artigo: é impossível dissociar o sujeito e o social. Isso posto, é preciso esclarecer o equívoco apontado acima. Como expõe Garcia-Roza (2008), pouco contribui questionar o porquê da escolha de determinado objeto pelo sujeito, mas sim compreender a dinâmica que culminou na escolha. Neste sentido, não se trata de uma simples opção do sujeito, mas de toda uma rede complexa que o envolve assim como o contexto no qual ele está inserido. Argumenta-se aqui, nesse sentido, que a eleição do trabalho se relaciona à construção sócio-histórica-cultural e econômica do capitalismo, tratada nas duas subseções anteriores.

Conforme exposto, a sociedade capitalista gira em torno das esferas da produção e do consumo, ciclo que movimenta o capital. Numa sociedade que funciona em torno desse ciclo, o valor do sujeito está intimamente relacionado à sua capacidade produtiva (GUERREIRO RAMOS, 1981). Da mesma forma, sua identidade estará fortemente ligada ao trabalho, visto que é por meio deste que se dá sua inserção social assim como é este que delimita os grupos e atividades dos quais ele participa. Para além deste modo de organização social pelo qual o trabalho assume conseqüentemente um papel central na vida dos sujeitos, cabe ainda ressaltar a especificidade da política de organização do trabalho, sobretudo nas empresas. Tais políticas, de modo cada vez mais intenso, têm se estruturado com vistas a acentuar ao máximo a identificação e a relação afetiva entre o trabalhador e a organização da qual faz parte tal como com o respectivo cargo que este ocupa. Desta forma, tal relação se torna demasiado carregada de catexias libidinais, de modo que qualquer abalo nesta resulta em conseqüências de grandes proporções à economia psíquica dos sujeitos, podendo deflagrar uma série de psicopatologias.

Na perspectiva psicanalítica, a fundação, organização e manutenção de uma sociedade se baseiam nos laços afetivos construídos entre seus membros em prol de ideais comuns. Nas palavras de Freud, “[...] só o amor atua como fator civilizador [...]” (FREUD, 1921 p. 130). Isto é, um indivíduo só abre mão de parte de seu narcisismo em função de um laço libidinal, e

a manutenção dessa limitação do narcisismo só persiste enquanto houver um ganho imediato relativo à relação com esses objetos por ele investidos. No entanto, o que se percebe atualmente nas organizações é a constituição de grupos em que “[...] um certo número de indivíduos que colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal de eu e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu Eu” (FREUD, 1976, p. 147).

Neste tipo de grupo, os membros se igualam pela identidade que o líder/empresa oferta aos mesmos, manifesta, por exemplo, nas situações em que os trabalhadores vestem-se da mesma forma (o uniforme literal e/ou a simbólica “camisa da empresa”), têm um discurso comum e compartilham valores específicos do grupo/empresa. Dessa maneira, pode-se dizer que os ideais da empresa têm uma função estrutural para os trabalhadores, visto que, a ilusão de que os tais beneficiam a todos da mesma forma os coloca em um mesmo patamar, o que permite a manutenção da identificação entre os membros, havendo uma alteração no nível do Eu ao incorporar para si os valores do grupo/empresa. Freud aponta também que há uma satisfação substitutiva no laço, uma aposta do sujeito na troca ou no retorno que o outro pode propiciar a este; porém, essa satisfação se dá sempre de forma incompleta e sem a figura do líder/ideal comum/meta o laço libidinal se desfaz e o grupo se desorganiza.

Neste sentido, pode-se argumentar que essas características que demarcam a sociedade capitalista acabam por colocar o trabalho – e a dedicação incondicional – em uma posição de superioridade em face de outros objetos, influenciando na sua escolha pelo sujeito como objeto de amor. Conforme exposto, esta é uma das principais características do capitalismo: a redução da existência humana ao âmbito do trabalho (GUERREIRO RAMOS, 1981; TRAGTENBERG, 1980). Este passa então a ser a sua referência identitária, a resposta para a questão: Quem é você? Para Guerreiro Ramos (1981), um dos maiores prejuízos dessa posição central que a organização ocupa na vida dos indivíduos é o risco de que cada vez mais eles se distanciem de si mesmos, assumindo subjetividades ‘prontas’ que não a sua própria. Diante dessa realidade, é compreensível a amplitude dos prejuízos que a aposentadoria pode causar à vida do indivíduo à medida que a sua identidade e sentimento de pertencimento à sociedade estão diretamente relacionados ao cargo que ocupa.

Faz-se necessário ressaltar, entretanto, que não se trata aqui de atribuir a ‘culpa’ dessa escolha do sujeito integralmente ao contexto social. Mais uma vez cabe retomar a dialética sujeito-social que embasa este trabalho. Isso significa que não há como dissociar e determinar o que é responsabilidade exclusiva do sujeito ou do contexto social. Da mesma forma que não se pode atribuir responsabilidades causais, também não se deve restringir ao sujeito o encargo de lidar com esse processo de transição.

### **3. À guisa de uma conclusão: o papel das organizações e os Programas de Preparação para a Aposentadoria**

A fim de contribuir para que os seus funcionários passem de forma mais tranquila por este período de suas vidas, algumas empresas têm institucionalizado PPA’s – Programas de Preparação para a Aposentadoria. Sob a rubrica de ‘ação de responsabilidade social’, estes programas se propõem a trabalhar com os candidatos a aposentadoria questões relacionadas a novas atividades, cuidados com a saúde, controle financeiro, dentre outros (FRANÇA, 1999). Trata-se de uma iniciativa recente e que necessita de investigações a fim de explicitar como, de fato, esta é vivenciada pelos participantes.

Teoricamente, tais atividades devem contribuir para que esse sujeito, prestes a perder o seu objeto de amor, vislumbre novas possibilidades de investimento libidinal e possa realizar o trabalho de luto. Será que, de fato, estes programas conseguem alcançar tal objetivo? Outra questão de extrema relevância a se considerar é que, além das conseqüências advindas do fim da vida laboral, tal como os conflitos identitários, a perda de *status*, dificuldades financeiras, a

aposentadoria também está relacionada a uma temática ainda incômoda ao ser humano: o envelhecimento. Tornar-se velho também representa uma fonte de angústia para o sujeito que se depara constantemente com a realidade de sua finitude.

Para que o processo do luto se dê de forma ‘natural’, o sujeito precisaria transferir a sua energia libidinal para outro objeto, superando a perda do anterior. No entanto, como explicitado anteriormente, não se trata de uma tarefa fácil, ainda mais quando há toda uma construção que faz com que o sujeito acredite que a identificação total com o trabalho é algo fundamental. Se esta perda não é superada pelo indivíduo, que acaba por confundi-la com a perda do seu próprio Eu, tem-se o quadro melancólico e todas as suas manifestações. Nas palavras do próprio Freud (1974)

Os traços mentais distintivos da melancolia são um **desânimo profundamente penoso**, a **cessação do interesse** pelo mundo externo, a **perda da capacidade de amar**, a **inibição de toda e qualquer atividade**, e uma **diminuição dos sentimentos de auto-estima** a ponto de encontrar expressão em auto-recriminação e auto-envilecimento, **culminando em uma expectativa delirante de punição**. [...] com uma única exceção, esses traços são encontrados no luto. **A perturbação da auto-estima está ausente no luto**; afora isso, porém, as características são as mesmas (p. 250, grifo nosso).

Nesta passagem fica evidente que as manifestações decorrentes do luto e da melancolia são similares, sendo a queda da auto-estima um traço exclusivo da melancolia. Esse traço se dá justamente pelo fato de que por se confundir com o objeto de amor, a perda deste se torna para o sujeito uma perda do próprio Eu, uma ausência de identidade, a perda do lugar no mundo. Para Freud (1974), o trabalho do luto, ou seja, a passagem por esse período de intensa dor causada pela perda é algo a ser vivido e superado, superação esta que não ocorre no caso dos sujeitos que desenvolvem o quadro melancólico.

Dessa forma, para a realização do trabalho do luto faz-se necessário vislumbrar novas possibilidades de investimento libidinal. No caso dos aposentados, a realização dessa transferência de objeto de amor, em que o sujeito investiria sua energia em outro objeto, seria uma oportunidade, nos termos de Adorno (2002), de viver um tempo livre produtivo. Conforme exposto anteriormente, isso só seria possível na medida em que esses aposentados conseguissem desvincular-se da idéia contemporânea de tempo livre e de lazer, os quais se constituem apenas momentos de alienação ou funcionam como anestesia para que o sujeito não tome consciência acerca do quão improdutivo na realidade é o seu tempo fora do trabalho.

Nesse sentido, a fim de contribuir para que os sujeitos vivenciem esse momento de suas vidas de forma saudável (não-patologizante), faz-se necessário que os PPA's desenvolvidos pelas organizações levem em consideração esses aspectos subjetivos que marcam o fenômeno da aposentadoria. Sendo assim, as atividades realizadas nestes programas devem superar a faceta meramente recreativa ou até mesmo informacional, e se voltar para um atendimento mais profundo desses sujeitos. As discussões empreendidas neste artigo apontam justamente para as implicações desse fenômeno na subjetividade das pessoas, envolvendo aspectos fundamentais como a sua própria identidade e sentimento de pertença social.

No que tange à área de Gestão de Pessoas, essa perspectiva psicanalítica fornece outro olhar aos profissionais, chamando atenção para o fato de que a ocorrência do quadro melancólico fruto da aposentadoria também pode estar relacionado às próprias políticas e diretrizes do departamento, que por vezes, na busca por construir uma cultura organizacional coesa marcada pelo comprometimento dos funcionários, acaba por incentivar que o processo de identificação narcísica com o trabalho seja entendido como o natural e o correto.

Sendo assim, para além da atenção ao funcionário que está passando pelo processo da aposentadoria, percebe-se a necessidade de uma revisão nas políticas e práticas organizacionais. Trata-se da disseminação o entendimento de que o trabalho ocupa sim um espaço muito importante na vida da maior parte das pessoas, que contribui na construção de sua identidade, mas que não é o único espaço. Nesse sentido, esses demais espaços, a família, o lazer autêntico (tempo livre produtivo), o estudo, dentre outros, também devem ser cultivados e serem constituintes do Eu. Esse entendimento deveria então ser partilhado não somente com aqueles que estão passando pelo processo da aposentadoria, mas para todos os funcionários, inclusive os mais novos, uma vez que estes também vivenciarão no futuro situação semelhante.

Percebe-se, neste sentido, que a aposentadoria – e suas consequências para os sujeitos – não podem ser observados sob um ponto de vista simplista, considerando-a algo natural e que é vivenciado por todos de forma homogênea. Pelo contrário, buscou-se neste ensaio discutir não só as dificuldades com as quais os sujeitos precisam lidar, mas também debater acerca de como o funcionamento do sistema capitalista é em grande parte responsável por estas dificuldades. Optar pela perspectiva psicanalítica significa abrir mais um caminho para novos olhares sobre tal objeto de estudo.

## Referências

- ADORNO, T. Tempo Livre. In: \_\_\_\_\_ *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BEAUVOIR, S. *A Velhice*: Realidade Incômoda. 2ª Ed. Difel: São Paulo, 1990 [1970].
- BOSI, E. *Memórias e Sociedade*: Lembranças de Velhos. T. A. Queiroz: São Paulo, 1983.
- CARDOSO, F. H. Significado do tempo livre na sociedade brasileira. Palestra Inaugural do Encontro Internacional de Pesquisadores em Lazer: atualidade e perspectiva. São Paulo: Sesc, 1986 apud In: BRUHNS, H. T. (Org.). *Temas sobre Lazer*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- DEBERT, G. G. *A reinvenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.12, nº34, p. 39-56, 1997.
- DEBERT, G. G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M. M. L. (Ed.) *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice*: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. EDUSP: São Paulo, 1999.
- ENRIQUEZ, E. O indivíduo preso nas armadilhas estratégicas. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 18-29, 1997.
- FRANÇA, L. H. F. Preparação para a Aposentadoria: Desafios a enfrentar. In: VERAS, R. P. *Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará/UERJ.
- FREUD, S. *Além do Princípio de Prazer*. In: Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XVIII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996 (Trabalho original publicado em 1920).
- FREUD, S. Luto e melancolia. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII (1914-1916). Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do Ego. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII (1920-1922)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976f.
- GARCIA-ROZA, A. *A introdução à Metapsicologia Freudiana 3*. Rio de Janeiro: Jorge Zagar Ed. 2008.

- IWANOWICZ, J. B. O Lazer do Idoso e o Desenvolvimento Prosocial. In: In: BRUHNS, H. T. (Org.). *Temas sobre Lazer*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MINERBO, M. *Neurose e não-neurose*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- OLIVEIRA, P. S. Trabalho, Não-Trabalho e Contradições Sociais. In: BRUHNS, H. T. (Org.). *Temas sobre Lazer*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- PAÇO-CUNHA, E. Estatuto Filosófico da Organização ou Para uma Crítica aos Estudos Organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: 2008. 1 CD-ROM.
- PAGÈS, M. *et al.* O poder das Organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos. São Paulo: Atlas, 1987.
- RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1981. 209p.
- ROCHA, Z. Os destinos da angústia na psicanálise freudiana. São Paulo: Escuta, 2000.
- TRAGTENBERG, M. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Moraes, 1980.
- VEBLEN, T. *The theory of the leisure class*. New York: The Modern Library, 1899.
- VIEGAS, S. Trabalho e vida. In: Conferência para os profissionais do centro de reabilitação profissional do INPS. Belo Horizonte, 1989.